



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE - Tel.: 3301.1263

PROCESSO Nº 092/2019/SCG
PARECER Nº 42/2019-CL

Ementa: Administrativo. Valor inferior ao percentual da modalidade de Convite. Hipótese remete aos pressupostos constantes do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação oriunda do Memorando nº 202/2019, da Secretaria de Coordenação Geral desta Câmara Municipal do Recife, concernente à aquisição de fardamento para esta Casa Legislativa.

As quantidades estimadas e o prazo de vigência da prestação dos serviços, de 12 (doze) meses, encontram-se dispostos no Quadro em anexo.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- Proposta de preço da empresa **NEW WORK COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, no valor total de **R\$ 12.118,77** (doze mil cento e dezoito reais e setenta e sete centavos) para fornecimento dos produtos;
- Proposta de preço da empresa **FARRUSKA COMÉRCIO DE ROUPAS EIRELI (ZAIRA/ANA NOVA)**, no valor total de **R\$ 16.851,00** (dezesseis mil oitocentos e cinquenta e um reais) para fornecimento dos produtos;
- Proposta de preço da empresa **TEMPO DE MODA EIRELI (VIA MODA)**, no valor total de **R\$ 17.551,00** (dezessete mil quinhentos e cinquenta e um reais) para fornecimento dos produtos;
- Proposta de preço da empresa **SOLUÇÕES DE MODA EIRELI (ZY)**, no valor total de **R\$ 17.423,00** (dezessete mil quatrocentos e vinte e três reais) para fornecimento dos produtos.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

Ressalte-se que, a empresa **NEW WORK COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, apesar de ofertar proposta com o menor valor, não apresentou cotação para todos os itens solicitados, bem como apresentou preços unitários muito superiores as demais empresas, razão pela qual não será levada em consideração na disputa.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras, serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para abster-se da obrigação de licitar, se assim considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Com efeito determina o artigo 24, inciso II, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – Lei no. 8666/93 e alterações posteriores:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).”

Comentando sobre o assunto, o ilustre Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, ensina em sua obra “Contratação Direta sem Licitação”, 2^a edição, pág. 165, que:



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE - Tel.: 3301.1263

“Nesse inciso, a Lei estabelece ser dispensável a licitação segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade que deve nortear os atos administrativos.

O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público pela prevalência do segundo.”

À luz de tais considerações, configura-se dispensabilidade de licitação pelo valor abaixo do limite previsto no inciso I, alínea “a” do art. 23 do citado diploma legal.

III – CONCLUSÃO

Ex positis, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **FARRUSKA COMÉRCIO DE ROUPAS EIRELI (ZAIRA/ANA NOVA)**, pelo valor total de **R\$ 16.851,00** (dezesseis mil oitocentos e cinquenta e um reais) para fornecimento de fardamento para esta Câmara Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei no. 8666/93 e alterações posteriores.

É o parecer.

Recife, 17 de dezembro de 2019.

MARCELLO FALCÃO NOVO
Presidente da Comissão de Licitação

Débora Gurgel Marques
Membro